O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 11 | Nº 33 | Boa Vista | 2022

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7060049

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RORAINÓPOLIS (RR): PROPOSTAS E DESAFIOS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Suziane da Silva Oliveira[1]

Francisleile Lima Nascimento[2]

Resumo

O presente artigo aborda a temática da educação refletindo sobre a educação do campo no Município de Rorainópolis-RR. O problema da pesquisa consiste em compreender as dificuldades enfrentadas pelos docentes em desenvolver o ensino da Língua Portuguesa no contexto da educação do campo. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar as propostas e desafios no ensino da Língua Portuguesa na educação do campo no Município de Rorainópolis-RR. A metodologia da pesquisa parte de uma revisão de literatura caracterizada de bibliografia e documental de cunho descritivo e exploratório seguido de um relato de experiência com a realização de uma entrevista com a coordenação do campo no Município de Rorainópolis-RR tendo como critério de análise a abordagem qualitativa, na qual a análise ocorreu mediante documentos da Secretaria de Educação do Município de Rorainópolis-RR. A pesquisa mostra que com base nos dados da SEMED/Rorainópolis-RR e relatos das coordenadoras, o que se constatou é que os trabalhos pedagógicos com ênfase nos gêneros textuais e planejamento com sequências surtiram mais concretização (efeitos) nos anos iniciais. Em parte, pelo compromisso dos próprios professores e de certa forma pela carência da coordenação para esse nível. Uma vez, que os acompanhamentos e cobranças da coordenação pedagógica se intensificam mais para o primeiro nível, já que é a base da educação do campo no município, voltando a preocupação ao resultado da Provinha Brasil a Avaliação Nacional de Alfabetização.

Palavras-chave: Educação do Campo. Língua Portuguesa. Roraima.

Abstract

This article addresses the theme of education reflecting on rural education in the Municipality of Rorainópolis-RR. The research problem is to understand the difficulties faced by teachers in developing the teaching of the Portuguese language in the context of rural education. In this sense, the research aims to analyze the proposals and challenges in the teaching of the Portuguese language in rural education in the Municipality of Rorainópolis-RR. The research methodology starts with a literature review characterized by a bibliography and legal review of a descriptive and exploratory nature, followed by an experience report with an interview with the coordination of the field in the Municipality of Rorainópolis-RR, using a qualitative approach in which the analysis occurred through documents from the Education Secretariat of the Municipality of Rorainópolis-RR. The research shows that based on data from SEMED / Rorainópolis-RR and reports from the coordinators, what was found is that pedagogical works with an emphasis on textual genres and planning with sequences had more concretization (effects) in the early years. In part, due to the commitment of the teachers themselves and, in a way, to the lack of coordination at that level. Once, the accompaniments and charges of the pedagogical coordination intensify more to the first level, since it is the base of the rural education in the municipality, returning the concern to the result of Provinha Brasil, the National Literacy Assessment.

Keywords: Portuguese Language. Roraima. Rural Education.

INTRODUÇÃO

A educação do campo é citada como um grande ganho nesse cenário, as propostas de ensino renovado estão chegando às escolas campesinas no sentido de valorizar sua cultura e garantir

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Docente da Rede Estadual de Educação e Coordenadora Escolar do município de Rorainópolis/RR. E-mail: profasuzi_rr@hotmail.com

[2] Geógrafa. Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Empreendedora Educacional do Salva Vidas Acadêmico. E-mail: leile_lima@hotmail.com

letramentos mais desenvolvidos (SOUZA, 2008). Nesse sentido, o presente trabalho se insere no panorama de abordar como o professor do campo no Município de Rorainópolis-RR concebe sua prática docente buscando compreender as dificuldades enfrentadas pelos docentes em desenvolver o ensino da Língua Portuguesa no contexto da educação do campo.

A pesquisa tem como objetivo analisar as propostas e desafios no ensino da Língua Portuguesa na educação do campo no Município de Rorainópolis-RR. A metodologia da pesquisa parte de uma revisão de literatura de caráter bibliográfico e documental com cunho descritivo e exploratório, seguido de um relato de experiência com a realização de uma entrevista com a coordenação do campo no Município de Rorainópolis-RR, tendo como critério de análise a abordagem qualitativa e a análise de conteúdo, na qual a análise ocorreu mediante documentos da Secretaria de Educação do Município de Rorainópolis-RR.

A presente pesquisa encontra-se estruturada em: introdução, referencial teórico e considerações finais. Dessa forma, a pesquisa se volta para a Educação do campo no Município de Rorainópolis-RR, analisando as propostas e desafios no ensino da Língua Portuguesa abordando sobre a Educação do campo; o andamento da educação do campo de Rorainópolis; bem como a proposta da Secretaria de Educação do município-SEMED/Rorainópolis para o campo e os desafios no ensino de Língua Portuguesa nos anos finais.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS: PROPOSTAS E DESAFIOS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

É notório saber que os contextos das escolas brasileiras são diversos, que a educação oferecida tanto nas escolas urbanas quanto nas rurais apresentam déficits que norteiam muito os debates sobre diferentes políticas públicas. Nesse trabalho, enfatiza-se a educação do campo por considerar a sua imensa diversidade e inicia o capítulo fazendo uma breve menção a sua trajetória de lutas e conquistas por uma educação melhor e significativa à realidade campesina. Por conseguinte, pensa-se inserir nesse cenário a realidade das escolas do campo do município de Rorainópolis-RR.

Educação do Campo

Em reflexão a trajetória de lutas dos sujeitos do campo, Soares *et al.,* (2009) enfatiza que sobre o campo existem muitas histórias, porém sobre a educação do campo, ainda se configura muitos descasos e atendimento precário. “Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e

da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos" (CALDART, 2012, p. 19).

O que se pode afirmar é que a historicidade da Educação do Campo está atrelada a luta dos trabalhadores campesinos desde a colonização, perpassando por configurações e motivações distintas. Quando se promoveu a esses trabalhadores um acesso à escola, sempre foi de segunda ordem, desconectada aos interesses e necessidades desses sujeitos. O que motivou movimentos a questionar o instituído e requerer proposta de educação voltada ao contexto do campo (SOUZA, 2008).

Assim, nas últimas três décadas têm sido recorrentes as discussões sobre o desenvolvimento do povo campesino, sobretudo da educação. Consequentemente ações mobilizadoras destacaram-se como o I Encontro Nacional de educadores da Reforma Agrária (I ENERA) em 1997. Nessa perspectiva, Anhaia (2011) afirma:

> Entendemos que o I ENERA foi a materialização das ações que vinham sendo desenvolvidas pelo conjunto das instituições do campo que estavam vinculados com a luta pela terra e com a produção da existência no campo. [...] Podemos dizer que o I ENERA impulsionou a discussão da Educação do Campo, levando os sujeitos do campo a pensar a necessidade de compreender melhor a realidade rural brasileira e a educação que se faz presente neste espaço (ANHAIA, 2011, p. 66).

Influenciados por novas perspectivas voltadas para outras prioridades, os movimentos sociais do campo intensificam as lutas e o repensar da escola, fortalecendo as concepções da Educação do campo na tentativa de romper com tendências que priorizam a educação rural as pessoas residentes e trabalhadoras do campo. De acordo com Ribeiro (2012, p. 293), esta última preocupa-se em "oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e educação matemática", desconsiderando o contexto e as práticas culturais desses sujeitos, realmente uma extensão da zona urbana sem uma devida relação com vivências e ambientes de aprendizagens reais.

A educação do campo, pelo contrário, surge a partir do novo jeito de ver o campo que passa a ser entendido como um espaço de vida, com cultura específica. Segundo Caldart (2012, p. 257) ele é um "fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas".

Contudo, assegura-se com a afirmação de Arroyo (2008) quando expõe que conceber essas políticas de Educação do Campo:

> [...] impõe-nos o desafio da produção de novos saberes inter e transdisciplinares, que sejam capazes de articular diferentes dimensões da vida dos sujeitos do campo, aliada a seu processo

> educacional, ou seja, uma escola colocada ao chão da vida, ligada aos processos da produção da existência social desses sujeitos (ARROYO, 2008, p. 30).

E ainda reforço com a expressão de Molina (2012, p. 11), que cita "[...], um dos desafios da Educação do Campo: provocar rupturas em interpretações que unidimensionalizam o multidimensional, tal como é o território rural". Assim, a proposta de educação do campo se contrapõe a um modelo que inferioriza o camponês e as políticas educacionais que se voltam para a formação de mão de obra para o trabalho.

Portanto, o que se entende com o que Arroyo (2008) e Molina (2012) expõem, é que a relevância de se propor algo significativo está em considerar a identidade cultural de um povo na perspectiva de um conjunto de peculiaridades, que fazem do indivíduo um ser único no contexto social.

Nesta questão, Aranha (1996 *apud* GHEDIN, 2006) afirma que cultura é tudo aquilo que o homem produz para construir sua existência em determinado tempo e lugar, sendo ela múltipla e variada. Que "a existência real da identidade supõe a possibilidade real juridicamente e politicamente garantida de afirmar oficialmente a diferença" (GHEDIN, 2004, p. 46) e ainda que "toda identidade é uma construção histórica" (GHEDIN, 2004, p. 48). Porém, propor algo em atendimento à diversidade é bem possível, mas efetivar tais propostas levando em consideração a essência de tudo isso, ainda é um sonho. Pode-se dizer que a realidade do campo se encontra numa discrepância entre políticas e práticas.

Não se pode negar que em meio a várias ações motivadas por movimentos e instituições, o campo tem alcançado alguns avanços, tanto legais, quanto nas práticas pedagógicas em diferentes níveis e espaços que propõe o respeito às especificidades. Ainda de acordo com Molina (2006), a criação de uma Coordenação-Geral de Educação do Campo na estrutura do MEC, veio a ser vista como um ponto de alcance das forças populares do campo que propugnam por políticas democráticas de educação e, que deve também ser encarada como um ponto de partida, num árduo e longo caminho de transformação.

Nota-se que, em tempos atuais, o governo tenta se mobilizar na criação de espaços e responder a direitos cobrados a seu modo. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 9394/1996, em seu artigo 28, já aponta direcionamentos para a Educação do Campo, destacando as peculiaridades a ser consideradas, como:

> Na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
>
> I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
>
> II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III – Adequação a natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1997).

Essas orientações legais permitiram avanços nas discussões sobre a Educação do campo, bem como intensificar propostas nessa direção como a implantação da Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 abril de 2002, que institui as "Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo". Esta faz indicações concretas de responsabilidades dos entes estatais e de como se deve cumprir o direito à educação em se tratando de populações socialmente desiguais e culturalmente diversas (BRASIL, 2002).

Destaca-se aqui alguns de seus artigos que reforçam a identidade das escolas do campo, transcritos por Soares *et al.,* (2009) tais como:

> Art. 2° Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país.
>
> Art. 3º. O poder público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referência a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independentemente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à educação básica e a educação profissional de nível médio.
>
> Art. 4º. O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, ecologicamente justo e ecologicamente sustentável.
>
> Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerando o estabelecido no art. 14 da LDBEN, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos dos sistemas de ensino e os demais setores da sociedade (BRASIL, 2002).

Vale ressaltar ainda que no ano de 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), considerado um importante conquista dos trabalhadores do campo, especialmente dos assentados da reforma agrária.

Já em 2004, com a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, se intensificaram os interesses representativos de entidades, bem como se ampliaram, a partir de então, a criação de órgãos dos governos nas esferas federal, estadual e municipal. Consecutivamente foi criada uma série de programas em âmbito federal com vistas à melhoria da Educação do Campo, como a Escola Ativa, o Proinfo Rural, o PNLD do campo, o Projovem do campo, entre outros. E quanto à elaboração de material específico, destaca-se o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Em análise a esses documentos, o que se verifica é que as propostas educacionais voltadas para campo priorizam a identidade dos sujeitos dessa realidade, propondo também a seguridade dos direitos de aprendizagens. Nesse contexto, as discussões passam a pautar a Educação do Campo em todos os níveis do ensino. O pressuposto, até então defendido, é que os trabalhadores do campo têm direito ao acesso da Educação Infantil ao Ensino Superior.

É claro que fazer acontecer a tão sonhada educação proposta é um desafio sem tamanho para as escolas brasileiras, pois, como forma de mandamento, os documentos legais pressupõem uma escola totalmente voltada para as necessidades básicas de aprendizagem do aluno a partir do contexto em que vive, ou seja, requer construir um novo sistema educativo no campo, que conheça como se constitui a infância e a juventude nesse território, que valorize realmente os conhecimentos prático-teóricos que trazem os sujeitos do campo, construídos a partir de suas experiências, relações sociais, de tradições históricas e principalmente, de visões de mundo. Então finalmente, avançaremos na perspectiva de a consolidação do espaço rural como um território de múltiplos saberes e de produção de vida.

Conforme Arroyo (2008) e Molina (2006), pode-se confirmar o quanto o campo apresenta singularidades que marcam diferenças profundas entre, até mesmo, seus espaços escolares, que se caracteriza pela diversidade. Diversidade de estruturas físicas, de grau de formação docente, na distribuição de salas e faixa etária dos alunos. O que configura no campo de nosso País: escolas seriadas ou cicladas, com distribuição das turmas por ano e turmas multisseriadas, escolas nucleadas, escolas itinerantes, escolas famílias agrícolas, dentre outras.

Partindo desses contextos diversos, é fundamental, desenvolver olhares sobre cada realidade, sem perder de vista que apesar da diversidade, há direitos de aprendizagens comuns, ou seja, deve-se valorizar a especificidade de cada realidade, focando a garantia das expectativas de aprendizagem de cada ano da Educação básica.

A busca desse objetivo maior para a Educação do Campo implica ações que envolvem o Ministério da Educação junto a outros ministérios e entidades, demandando pelo menos no que os pesquisadores da educação chamam - regime de colaboração.

Nessa perspectiva de mediação, o Ministério da Educação (MEC), justifica em documentos que algumas ações vêm sendo encaminhadas como prioritárias. Dentre elas, O Plano Nacional de Educação (PNE), Financiamento, Infraestrutura, Formação de educadores e outros projetos especiais. E dessa forma mobilizando desenvolvimento de diretrizes, instrumento efetivo de mudança na vida da escola no interior do município brasileiro. A Base Nacional Comum vem como mais um desafio às Secretarias de educação para efetivação de educação articulada às especificidades do campo.

É correto dizer que o interior do Brasil apresenta um alto índice de inferioridade quanto à educação, pois as diretrizes defendidas nos documentos regulamentados não se concretizam com os maiores interessados, os sujeitos do campo. Por isso a importância de os municípios regulamentarem regras para o sistema de ensino municipal organizando e garantindo uma educação do campo com critérios políticos, pedagógicos, administrativos e financeiros direcionados, melhorando ainda mais a qualidade do ensino e aprendizagem nesses espaços.

O Município de Rorainópolis no Cenário da Educação do Campo

O Rorainópolis situado ao sul do estado de Roraima é um município originário de uma vila de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado pela Lei Estadual de nº 100, de 17 de outubro de 1995 e elevado à categoria de Município com a denominação de Rorainópolis em 1997, com terras desmembradas dos Municípios São João da Baliza e São Luiz do Anauá (IBGE, 2014).

Localizado na região sul do Estado de Roraima, com população atual de 26.811, a sede municipal distancia-se 291 km de Boa Vista, capital de Roraima, e 487 km para Manaus, capital do Amazonas. A rodovia BR-174 é a única ligação do Estado via terrestre com os demais Estados do Brasil. Constituído na sua estrutura geográfica em área urbana por sede e distritos (vilas); na rural, vicinais (campo) e comunidades ribeirinhas (povos das águas). Rorainópolis vem se desenvolvendo e crescendo em todos os aspectos e, com a inserção da diversidade se configura uma cultura rica e de qualidade notória no Sul do Estado.

Quanto aos aspectos educacionais, o município contempla todos os níveis e modalidades de ensino necessários em Instituições municipais, estaduais, privadas e filantrópicas para tentar atender a demanda. Assim, como as unidades escolares, Faculdade Teológica Unificada (FATEUNI), Universidade Estadual de Roraima (UERR), Campus que tem papel significativo em cursos de nível superior, Campus da Fundação Universidade Virtual de Roraima, bem como Escolas Técnicas e Profissionalizantes como o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comercio (SESC).

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação para que o Município possa executar suas proposições políticas e pedagógicas, Rorainópolis disponibiliza de um Plano Municipal de Educação do Município/PME (decênio de 2015 a 2025), na qual as Instituições de ensino estão distribuídas conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Instituições e modalidades de ensino das redes estadual, municipal e privada

Nº	MODALIDADES	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
01	Creches	03	00	00	03
02	Pré-escola	01	00	01	02
03	Ensino Fundamental	27	07	02	36
04	Ensino Médio	00	04	00	04
05	Ensino Técnico	00	00	01	01
06	Ensino Superior	00	01	01	02
07	Ensino EAD	00	01	01	02
	TOTAL	**31**	**13**	**06**	**50**

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: SEMED (2019).

Conforme tabela acima, o município está com um atendimento bem diversificado em todas as esferas de ensino. Apesar que ainda existe uma grande demanda de ensino pela crescente migração e avanço local e de toda extensão do município. Nesse sentido, cabe ressaltar que o município de Rorainópolis apesar de celebrar avanços na educação, também apresenta impasses na oferta da educação do campo.

O Sistema Municipal de Ensino é administrado pela Secretaria Municipal de Educação na forma da Lei nº. 001/1997 de 04/02/1997 Art. 8º Inciso III Linear a que apresenta em seu plano de ação em 2015, o compromisso com a Educação Infantil ao Ensino Fundamental de "assegurar uma educação de qualidade, garantindo o acesso, a apropriação do conhecimento e a formação da cidadania" - missão SEMED em 2015. Incluídos nessa proposta a Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo e a Educação Inclusiva (SEMED, 2015).

Segundo a Secretaria Municipal de Educação Rorainópolis apresenta de forma explícita o compromisso com o desafio de atendimento a educação escolar inclusiva, direcionando propostas municipais dentro dos padrões e políticas de acessibilidade. Contemplando um total de 30 (trinta) escolas públicas da rede municipal nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo distribuídas em zonas rural e urbanas com: 07 (sete) escolas na sede do município, 05 (cinco) nos distritos, 06 (seis) ribeirinhas e 12 (doze) escolas do campo.

Na sua diversidade, destaca-se a educação na zona rural, realidade no município, com uma demanda significativa das famílias em manter a vida escolar de seus filhos na comunidade, mesmo que na área urbana ofereça melhores recursos tecnológicos-didáticos-pedagógicos. Mediante essa realidade, o município tem o desafio de oferecer a educação do campo, considerando características peculiares de comunidades que demanda desse direito.

Exemplos disso, os povos das águas com espaço geográfico, meio de transporte, calendário escolar, atividades econômicas e vivência diária diferenciada dos campesinos que se localizam nas vicinais do município de Rorainópolis.

Para tanto, os espaços escolares em atendimento aos povos das águas foram organizados no intuito de propiciar educação escolar o mais próximo possível das comunidades desses moradores (Quadro 1).

Quadro 1 - Quadro demonstrativo de níveis e instituições ofertadas aos alunos dos povos das águas

Nº	LOCALIDADE	ESCOLA	NÍVEL
01	Distrito Santa Maria do Boiaçú - margens do Rio Branco.	Vovó Tetinha	Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º aos 5º anos).
02	Comunidade Santa Maria Velha - margens do Rio Branco.	Amélia Batista	Educação Infantil e Ensino. Fundamental (1º ao 5º ano).
03	Comunidade Remanso - margens do Rio Negro.	Mariza da Gama	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
04	Comunidade Paraná da Floresta - margens do Rio Negro.	Venâncio José de Souza	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
05	Comunidade Itaquera - margens do Rio Jauaperí.	Duque de Caxias	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
06	Comunidade Xixuaú - margens do Rio Jauaperí.	Teodorico Nascimento	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
07	Comunidade Samaúma - margens do Rio Jauaperí.	Manoel Ferreira	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: SEMED (2019).

Os povos das águas ou ribeirinhos são milhares de famílias que vivem na região amazônica especificamente no Estado do Amazonas. Sua peculiaridade se caracteriza porque vivem às margens dos rios e têm como atividades principais: a pesca, a caça e a agricultura.

No Estado de Roraima também há uma representatividade significativa desses povos que vivem as margens do Rio Branco, Negro e Jauaperí, cujo município de Rorainópolis é mantenedor do sistema educativo das comunidades supracitadas no Quadro 2. De acordo com o PME (2015), garantindo matrículas e condições necessárias para educação escolar em loco das famílias que vivem nessas regiões.

Em atendimento a outra realidade do campo que são os moradores das vicinais, o município disponibiliza doze escolas situadas nas vicinais da extensão do distrito de Nova Colina a Martins Pereira, todas ofertando os níveis de Educação Infantil ao Ensino Fundamental dos anos iniciais que na sua maioria são multisseriadas, professores com duas ou mais séries/ano em cada escola, para atender a demanda.

Na extensão de todas as escolas do campo, apenas duas ofertam os anos finais do ensino fundamental com distribuição de alunos nas salas por ano, mesmo tendo salas multisseriadas da educação infantil ao 5º ano. No Quadro 2 abaixo pode-se conferir como o município disponibiliza o ensino para o campo quanto ao espaço e níveis.

Quadro 2 - Quadro demonstrativo de níveis e instituições ofertadas aos alunos do campo (vicinais)

Nº	LOCALIDADE	ESCOLA	NÍVEL
01	Vicinal 01	Escola Francisco de Assis	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 9º ano).
02	Vicinal 03	Escola José Alves Barbosa	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
03	Vicinal 04	Escola Maria Correia Guedes	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
04	Vicinal 06	Escola Terezinha de Jesus	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
05	Vicinal 09	Escola Tancredo Neves	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
06	Vicinal 10	Escola Bernardo Zidório	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
07	Vicinal 11	Escola Santa Terezinha	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
08	Vicinal 12	Escola Joaquim Baima Nogueira	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
09	Vicinal 13	Escola José Lírio dos Reis	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
10	Vicinal 14	Escola Vinicius de Morais	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).
11	Vicinal 16	Escola João Maia de Sousa	Ed. Infantil, Ens. Fundamental (1º ao 9º ano) e Ensino Médio.
12	Vicinal 30	Escola Violeta Nakay	Ed. Infantil e Ens. Fundamental (1º ao 5º ano).

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: SEMED (2019).

Observa-se que a maioria das escolas oferecem ensino da educação infantil ao fundamental dos anos iniciais, sendo apenas uma escola da vicinal 01 e vicinal 16 ofertando anos finais do ensino fundamental, sendo esta última uma escola em parceria com o Estado, pois oferta ensino médio à comunidade. Dessa forma, os alunos que moram nas demais vicinais e estão nesses níveis passam a estudar nas escolas estaduais na sede ou distritos do município.

Um ponto importante a ser registrado é que nem todas as vicinais têm um prédio escolar, dessa forma são reunidos alunos de vicinais mais próximas a uma escola "X". A maioria dessas escolas já se encontram em prédio próprio, mas algumas estão funcionando em casa de associação cedidas pelos moradores do campo.

O fluxo das famílias campesinas no município é alto durante o período letivo, da vicinal para sede, de uma vicinal para outra vicinal, causando uma variação nos rendimentos bimestrais, mas o retorno também é frequente não variando muito a matrícula inicial da final. Fato contínuo nos anos iniciais, o que não acontece com os alunos dos anos finais, que a cada ano vão migrando para as escolas do Estado. Dessa forma, pode-se constatar esses dados na Tabela 2.

De acordo com dados da Tabela 2, o censo escolar até 2015 e matrícula inicial 2016 da secretaria, verificou que os níveis de Educação Infantil e Fundamental inicial é a demanda maior de educação do campo no município. Além de apresentar maior número de matrículas, observa-se que a

cada ano esse quantitativo vai aumentando. O que é incomum ao fundamental dos anos finais, pois analisando o número de matrículas de 2014 a 2016, podemos perceber que houve déficit de matrículas consideravelmente. E para onde vão esses adolescentes? Provavelmente em busca de outros espaços. Ou seja, os jovens nesse período têm preferência de sair da comunidade para frequentar outros ambientes, principalmente se o que lhe está sendo oferecido in loco não é significativo. Ou simplesmente desistir da vida escolar.

Tabela 2 - Demonstrativo de matrículas nos níveis das escolas do campo no município de Rorainópolis no período de 2014 e 2016

ESCOLAS	LOCALIDADE	NÍVEL DE ENSINO	MATRÍCULAS 2014	2015	2016
Campo	Escolas de vicinais 12 unidades	Ed. Infantil Creche	00	00	00
		Pré-Escola	95	147	153
		Ens. Fundamental 1º ao 5º ano	393	417	456
		6º ao 9º ano	249	122	111
		Total	**657**	**686**	**720**

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Censo Escolar; INEP (2015); SEMED (2019).

Direcionamento Pedagógico para o Campo[3]

No intuito de coletar informações sobre o processo pedagógico voltado para o campo, o estudo fez uso da pesquisa documental na própria secretaria de educação do município e uso do instrumento da entrevista. "A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais" (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 26).

Assim, os procedimentos partiram de análises do plano de ação, do PME, verificando dados na secretaria escolar e buscando informações com as próprias coordenadoras que acompanham a educação do campo. Com respaldo legal, registra no Plano Municipal de Educação, reconhecimento e respeito à identidade cultural desse povo.

> A educação do campo é uma realidade em nosso município, pois reconhecemos o modo próprio de vida social e de utilização do espaço do campo como fundamentais para garantir as comunidades rurais à preservação da sua diversidade, e respeitando a constituição de sua identidade de população rural [...].
> [...] tendo em vista o dispositivo na Lei nº. 9.394/1996 – LDB e na Lei nº. 10.172/2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, e no Parecer CNE/CEB 36/2001, que constituem um

[3]A partir desse ponto se inicia dados da pesquisa com informações levantadas, mediante análises de documentos da Secretaria de Educação do Município e entrevista com a coordenação do campo.

> conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo (RORAINÓPOLIS/PME, 2015).

Das estratégias do PME voltadas para Educação do campo de Rorainópolis, em atendimento a meta 02 que trata da universalização do ensino de 09 anos e meta 08 que faz referência a elevação do grau de escolaridade da população do campo, destacam-se as seguintes:

> 1. Implantar projetos em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para o estudo e aprofundamento das questões pertinentes à Educação no Campo, no período de vigência deste Plano.
> 2. Estabelecer normas através de parceria com o Estado para regionalizar, nuclear ou criar escola polo, no sentido de atender aos alunos da zona rural com maior eficiência, considerando o fim do ensino multisseriado.
> 3. Garantir transporte escolar em regime de colaboração entre União, Estado e Município, com qualidade aos alunos que residem na zona rural, assegurando o direito e a acessibilidade à escola pública.
> 4. Realizar estudos através de parceria específica para criar e implantar as diretrizes e normas específicas da Educação no Campo (RORAINÓPOLIS/PME, 2015).

Para orientar, acompanhar e trabalhar capacitação *in loco* com os professores de dez escolas nas vicinais, duas coordenadoras foram designadas pela SEMED para esse trabalho, pois outras duas escolas possuem coordenadores na própria unidade escolar. Portanto, alguns questionamentos às duas coordenadoras que também respondem pelas escolas que ofertam fundamental nos anos finais.

Segundo a coordenação pedagógica do Campo, nos últimos anos, as discussões sobre a educação no campo em Rorainópolis tiveram bastante ênfase. Alguns avanços até foram mencionados, principalmente em relação a capacitação aos professores, pois muitos atuavam nas escolas multisseriadas com apenas o ensino médio ou até mesmo com o fundamental.

O PRONERA em parceria com universidades Estadual e Federal propiciaram licenciatura em pedagogia para os filhos de colonos, bem como pós-graduação. Somando a isso, também vieram os programas do MEC direcionados a capacitação significativa, cursos de metodologias para educação no campo com a Universidade Estadual de Roraima, Programa de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), dentre outros.

No entanto, as discussões ainda não se concretizaram em propostas educacionais do município. De acordo com as coordenadoras, durante todo o período letivo são realizados encontros pedagógicos para discutir e rever planejamento. O “como planejar”, para os alunos do campo, como alfabetizar e direcionar metodologias, contextualizando situações de aprendizagem ganhou mais direcionamento no plano de ação da coordenação a partir de 2014, após um ano com o PNAIC.

E durante os três anos com o programa, um dos pontos em pauta foi a formação do professor com base na historicidade da luta do povo campesino e sua influência na educação deles. Dessa forma, todos os professores do campo foram estimulados a participar e desenvolver atividades com sequência didática.

Com o propósito de inserir algumas sugestões dos cursos no planejamento de ensino do município, as capacitações nos encontros e os acompanhamentos pedagógicos se direcionaram para o trabalho com gêneros e sequências didáticas.

Um dos questionamentos às coordenadoras do campo foi quanto aos resultados e significância das aulas nas escolas das vicinais desenvolvendo o trabalho com gêneros e sequência didática. Uma das coordenadoras expôs:

> Muitos foram os trabalhos ricos e significativos que fluíram no campo, porém poucos são os professores que abraçam um trabalho com mais dedicação. A maioria até reconhece que com essas estratégias chegamos a resultados de aprendizagens positivas, entretanto, esses trabalhos geralmente são realizados apenas quando são cobrados ou exigidos em projetos que devem ser desenvolvidos nas escolas. Diferentemente dos poucos professores que tem o campo como prioridade de desenvolvimento. Seus trabalhos fluem de imediato e os próprios alunos os revelam pelas suas aprendizagens (S. DANTAS).

Outro questionamento feito à coordenação foi como se dá o acompanhamento pedagógico aos professores do campo e qual a efetivação da proposta com o ensino fundamental dos anos finais?

> Os encontros pedagógicos e retornos são realizados na SEMED, onde reunimos todos os professores do campo. Nesses encontros realizamos estudos, oficinas e socialização das experiências com todos os níveis. E a todos, foi lançada a proposta de trabalharmos com esse planejamento, ou seja, explorar ao máximo os gêneros textuais e planejar a proposta de ensino com mais segurança nos seus passos e organização. Para isso, fizemos várias oficinas com gêneros textuais e desenvolvimento de sequências didáticas. Agora, com os professores dos anos finais obtivemos pouco retorno e continuidade dos trabalhos (S. DANTAS).
>
> Podemos citar nomes de professores que são apaixonados pelo que faz no campo, pois estes estão sempre procurando desenvolver projetos que beneficie toda comunidade, buscam parcerias com outros órgãos, estão sempre buscando capacitação na área. Esses estão no ciclo de alfabetização. Infelizmente nos anos finais o perfil é outro. Professores com notório saber na sua área, mas que ainda não percebeu os ambientes de aprendizagem que o campo apresenta para contextualizar suas aulas (E. SOUSA).

Tentou-se buscar informações voltadas mais para o trabalho com Língua Portuguesa no ensino fundamental final, se havia um direcionamento mais específico para os alunos desse nível com gêneros e quais os recursos mais utilizados para atrair o jovem do campo às aulas em loco. Uma das coordenadoras respondeu:

> Propomos sempre aos professores do 6º ao 9º ano a realização de trabalhos contextualizados. Que suas práticas pudessem envolver situações da vivência do aluno, isso em qualquer disciplina. Em Língua Portuguesa, os trabalhos com gêneros textuais que fluíram foram os desenvolvidos para mostra pedagógica e sarau de poesias. Com o planejamento em sequência didática exploraram histórias em quadrinhos, envolvendo situações do dia a dia do campo e poemas e repentes do campo. Momentos que houve contextualização, pesquisa e participação mais efetiva de produção e oralidade dos alunos dos anos finais. Mas infelizmente, são práticas que não estão constantes na rotina do professor das áreas específicas, são ações para cumprir um projeto ou outro. E notamos que os projetos de atividades extras são as estratégias mais atrativas para os jovens nas vicinais (S. DANTAS).

Em complemento, as coordenadoras esclareceram que incentivam muito o encaminhamento das aulas para as maiores dificuldades dos alunos, pois é fato que nos anos finais das duas escolas do campo, o desenvolvimento de aprendizagem está bem inferior ao nível que estão cursando. Em Língua Portuguesa, esses alunos apresentam dificuldades primárias de alfabetização e o desafio é fazer com que os professores concebam uma proposta contextualizada e significativa com gêneros e sequências para trabalhar as carências da turma.

Ainda segundo as coordenadoras, os dois professores responsáveis por ministrar Língua Portuguesa nos anos finais, no campo, apresentam posturas totalmente opostas no fazer pedagógico. Um é formado em Letras e atua há três anos na área, tem conhecimento específico e uma prática de ensino mais conservadora nos princípios tradicionais, sendo mais gramatical. A outra tem apenas o magistério, mais de quatro anos atuando nos anos iniciais como alfabetizadora e dois nos anos finais com Língua Portuguesa, sendo suas aulas mais dinâmicas com gêneros, no entanto, tem dificuldades com conteúdo específico.

Até esse ponto da pesquisa, há as implicações para um ensino significativo nos anos finais com Língua Portuguesa, no campo, que se associam a vários aspectos: a ausência de uma proposta consolidada para o campo, acompanhamento e orientação pedagógica mais efetiva; compromisso de fazer o que é significativo com pesquisa, estudos e planejamento por parte dos professores, formação e ambientes adequados nas unidades escolares etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria Municipal de Educação afirma no plano da coordenação pedagógica que propicia uma educação do campo de acordo com as possibilidades do município, considerando a realidade diversificada e peculiar que caracteriza as comunidades campesinas. Com respaldo legal, registra no Plano Municipal de Educação.

Muito embora o município apresente um Plano Municipal de Educação (PME) com propósitos de ofertar uma educação mais significativa em atendimento aos dispositivos das leis supracitadas. Um

direcionamento mais concreto, com propostas para educação do campo real ainda é ausente, pois, a Secretaria de Educação não dispõe de outro documento que sirva como parâmetro para educação do município, listando critérios norteadores em prol da garantia das necessidades básicas de aprendizagem, considerando o indivíduo contextualizado.

Das estratégias do PME voltadas para Educação do campo de Rorainópolis, em atendimento destaca-se a meta 02 que trata da universalização do ensino de 09 anos e meta 08 que faz referência a elevação do grau de escolaridade da população do campo.

Com relação aos anos iniciais, a secretaria de educação vem recebendo constantemente material de apoio para o complemento pedagógico como: obras literárias, jogos pedagógicos de alfabetização, várias sugestões de atividades dos programas do PNAIC etc. O diferencial constatado se dá até mesmo com relação aos livros didáticos, pois até 2017 quando se tinha livros direcionados ao campo, os alunos dos anos iniciais recebiam obras que já contemplavam situações do campo contextualizando especificidades rurais em trabalhos com gêneros textuais. Os alunos dos anos finais seguiam os mesmos livros da sede, certamente com as mesmas limitações no trabalho com a Língua Portuguesa.

Tendo em vista que Rorainópolis atende uma demanda bem diversificada e se esbarra em vários problemas técnicos-administrativos, propostas educacionais voltadas a cada nível e modalidade ainda é uma necessidade. Para o campo, o plano de ação da coordenação pedagógica da SEMED é o direcionamento mais específico para o trabalho pedagógico.

Dessa forma, o que se observa então, é que coordenação pedagógica da SEMED vem refletindo nas intervenções pedagógicas, como: dificuldades em adequar ferramentas e estratégias de ensino para turma, contextualizar realidade ou explorar conteúdo específico de forma mais significativa em Língua Portuguesa. Pois, mesmo um professor com experiência em alfabetização e o outro com conhecimento específico, ainda não se concretizou a proposta sugerida de forma efetiva.

Assim, com base nos dados da SEMED e relatos das coordenadoras, o que se constatou é que os trabalhos pedagógicos com ênfase nos gêneros textuais e planejamento com sequências surtiram mais concretização nos anos iniciais. Em parte, pelo compromisso dos próprios professores e de certa forma pela carência da coordenação para esse nível. Uma vez que os acompanhamentos e cobranças da coordenação pedagógica se intensificam mais para o primeiro nível, já que é a base da educação do campo no município, voltando a preocupação ao resultado da Provinha Brasil, a Avaliação Nacional de Alfabetização etc.

Nesse sentido, a educação do campo é citada como um grande ganho de propostas de ensino renovado, cujas políticas educacionais vêm se intensificando para esse cenário. O que leva, mais adiante, o presente trabalho inserir-se no panorama de abordar a educação do campo no Município de

Rorainópolis, principalmente quanto ao ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ANHAIA, E. M. **Constituição do movimento de educação do campo na luta por políticas de educação** (Dissertação de Mestrado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2011.

ARROYO, M. G. "A educação básica e o movimento social do campo". *In*: ARROYO, M. G., M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C (orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BRASIL. "Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo". **Resolução CNE/CEB n. 1 de 3 de abril de 2002**. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br>. Acesso em: 21/04/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa** - 1º e 2º ciclos. Brasília: MEC, 1997.

CALDART, R. S. "Educação do campo". *In*: CALDRT, R. S. *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

GHEDIN, E. L. "Identidade Cultural e Ideologia Étnica: pressupostos para se pensar a educação e a identidade regional na Amazônia". **Revista e-Curriculum**, vol. 10, n. 2004.

GHEDIN, E. L.; GONZAGA, A. M.; BORGES, H. S. (orgs.). **Currículo e Práticas Pedagógicas**. Rio de Janeiro: Editora MEMVAVMEM, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 22/06/2016.

INEP - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Básico**. Rio de Janeiro: INEP, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 16/06/2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, M. C. "Políticas públicas". *In*: CALDART, R. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RIBEIRO, M. "Verbete: educação rural". *In*: CALDART, R. S. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2012.

RORAINÓPOLIS. "Lei do Município de Rorainópolis nº 001 de 04 fevereiro de 1997". **Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Rorainópolis** [1997]. Disponível em: <http://rorainopolis.rr.gov.br/legislação>. Acesso em: 24/04/2021.

RORAINÓPOLIS. “Plano Municipal de Educação /PME (decênio de 2015 a 2025)”. **Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Rorainópolis** [2015-2025]. Disponível em: <http://rorainopolis.rr.gov.br/legislação>. Acesso em: 24/04/2021.

SEMED - Secretaria Municipal de Educação de Rorainópolis. “Base de dados escolar”. **Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Rorainópolis** [2015]. Disponível em: <http://rorainopolis.rr.gov.br/secretaria>. Acesso em: 24/04/2021.

SEMED - Secretaria Municipal de Educação de Rorainópolis. “Base de dados escolar”. **Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Rorainópolis** [2019]. Disponível em: <http://rorainopolis.rr.gov.br/secretaria>. Acesso em: 24/04/2021.

SOARES, E.; ALBUQUERQUE, M. B.; WANDERLEY, M. N. B. **Educação do Campo**: a escola do campo e a cultura do trabalho no mundo da infância e da adolescência em Pernambuco. Recife: Editora da UFPE, 2009.

SOUZA, M. A. “Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica”. **Educação & Sociedade**, vol. 29, n. 105, 2008.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 11 | Nº 33| Boa Vista |2022

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima